

MEIO AMBIENTE *Levantamento revela que, das 92 unidades do Estado, só 6 têm condições mínimas de funcionamento*

# Rio ignora áreas de preservação ambiental

WILSON TOSTA  
da Sucursal do Rio

Quase cinco anos após a realização, em território fluminense, da Rio-92, um levantamento da Comissão de Meio Ambiente da As-

sembléia Legislativa concluiu que, das 92 unidades de conservação ambiental localizadas no Estado, apenas 6 apresentam condições mínimas de funcionamento.

Inexistência de planos diretores e de limites demarcados, falta de

peçoal, favelização e insuficiência de verbas são alguns dos problemas que, segundo o presidente da comissão, deputado Carlos Minc (PT), fazem com que a maioria das áreas (federais, estaduais e municipais) exista "apenas no papel".

Segundo os dados, podem ser considerados instalados e funcionando o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, a Reserva Biológica do Tingüá, o Parque Estadual da Ilha Grande, a Reserva Biológica da Praia do Sul, o Parque Ecológico

Chico Mendes e a Área de Tombamento da Enseada do Sono.

Apesar de a Constituição fluminense determinar que as unidades do Estado fossem demarcadas e regularizadas até outubro de 1992, isso não foi feito até hoje.

A Carta também ordena que, todo ano, 20% dos royalties do petróleo sejam aplicados nas áreas ambientais do Estado, o que também não ocorreu.

"No ano passado, a Petrobrás pagou ao Rio R\$ 215 milhões. Disso, 20% equivaleria a mais de R\$ 40 milhões, mas, pelo que apuramos, em 96, só R\$ 1 milhão foi repassado para as áreas ambientais. O resto foi para o caixa do Estado."

Minc diz que pedirá ao Tribunal de Contas do Estado uma auditoria no Pecam (Fundo Estadual de Conservação Ambiental), por onde o dinheiro deveria passar.

## Dificuldades

O subsecretário estadual de Meio Ambiente, Carlos Henrique Abreu Mendes, diz que as unidades de conservação federais, estaduais e municipais sempre enfrentaram dificuldades para resolver rapidamente os seus problemas, devido à sua dependência em relação aos governos para obter verbas.

Mendes diz que pretende discutir ainda esta semana com o presidente do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), Eduardo Martins, a situação.

No cargo há menos de um mês, o subsecretário quer debater com o Ibama a possibilidade de obter recursos internacionais e privados para ajudar a sustentar as áreas.

O superintendente regional do Ibama, Paulo Braga, diz que o órgão sofre com problemas de falta de dinheiro e de servidores.

Segundo ele, os quadros da instituição são formados por ex-servidores do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Superintendência de Desenvolvimento da Hevea (borracha), Secretaria do Meio Ambiente e Superintendência de Desenvolvimento da Pesca, que se fundiram ao Ibama.

"Temos as atribuições que eram de todos esses órgãos", diz. "São 135, é o órgão que mais tem atribuições no Brasil."

É o mesmo problema alegado pelo presidente do IEF (Instituto Estadual de Florestas), Ronald Azaro. "Temos de 90 a 95 funcionários, para cuidar de tudo, incluindo quatro parques estaduais."

O secretário municipal de Meio Ambiente, Maurício Lobo, pretende propor, ainda este ano, que os parques (Bosque da Barra, Zoológico Botânico Marapendi e da Cidade) tenham administradores próprios, com equipes de apoio.

F-580  
11/13/97  
3-8